

REVISTA A SEARA

E O ANTICOMUNISMO NO GOVERNO DE JOÃO GOULART*

ANDRÉ DONEY FONSECA**

O governo Goulart e o anticomunismo no Brasil

O conhecido historiador francês Charles Morazé, no calor dos acontecimentos que se seguiram à renúncia de Jânio Quadros, publicou um interessante artigo em uma revista francesa no qual expressou sua preocupação com o clima de “instabilidade” e “temor” no processo de sucessão presidencial e, sem meias palavras, sentenciou: “a situação atual do Brasil não é de fácil análise”¹. O caminhar dos acontecimentos mostraria que a apreensão de Morazé não era mero alarmismo de observador internacional; a renúncia de Jânio, de fato, desatou uma onda conservadora por todo o país e deixou antever a dificuldade que teria o governo sucessor em levar a cabo as mudanças sociais que eram urgentes.

“Instabilidade” e “temor” eram palavras que estavam sempre presentes em um contexto no qual o mundo estava dividido em dois grandes blocos, o socialista e o capitalista, de modo que, qualquer mínimo aceno por mudanças nas estruturas flagrantemente desiguais da nação, poderia ser compreendido como uma ação à esquerda, passível, portanto, de ser mitigada pelos “defensores da ordem”. Como indicou Rodrigo Patto Sá Motta, esse contexto mundial marcado pela Guerra Fria, gestou no Brasil um sentimento anticomunista capaz de fazer irromper toda sorte de teses conspiratórias, na maioria das vezes sem qualquer sustentação com a realidade.² José Roberto Martins Ferreira, complementa essa ideia ao afirmar que o anticomunismo foi um elemento central na história republicana de nosso país e não ficou circunscrito apenas à esfera política. Para esse autor, o anticomunismo perpassou por diversos segmentos da sociedade com implicações diretas, inclusive, na cultura do país.³

Ao se falar em anticomunismo, evidentemente, deve ser ter em mente que este não se trata de um movimento único, tanto no Brasil como em outros países. Jean-Jacques Becker e Serge Berstein, dois estudiosos pioneiros do pensamento anticomunista, destacaram a pluralidade do anticomunismo na França, na visão desses autores, um movimento muito mais

diversificado do que outros segmentos franceses “anti”, como o anticlericalismo e o antimilitarismo⁴. Essa diversidade também fica evidenciada no caso do anticomunismo italiano, estudado por Fabio Giovannini⁵, e de igual modo, como demonstra Larry Ceplair, nos Estados Unidos, onde o anticomunismo, longe de ter sido uma “entidade monolítica”, foi, na verdade, um movimento marcado pela “diversidade e pluralidade de seus participantes”⁶.

Também no Brasil, na visão de Celso Castro, o termo “anticomunismo” diz respeito a um conjunto bastante heterogêneo de forças políticas e sociais (católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas e fascistas) que combatiam um inimigo comum. Essa heterogeneidade, explica, segundo Castro, o porquê de a convergência entre os diversos anticomunismos ter ocorrido apenas em períodos, geralmente de curta duração, percebidos como de aumento do “perigo comunista”.⁷ Um desses períodos teve início com a decisão de Jânio Quadros de deixar a presidência. Nessa situação, o anticomunismo serviu de argumento aos que eram contrários à posse do vice-presidente João Goulart, à época eleito democraticamente – uma atitude, como se sabe, que ignorava o que estava claramente assegurado na Constituição de então.⁸ Foram as ações de diferentes grupos, irmanados na luta contra o comunismo, que levaram à composição de um conjunto de ideias capazes de dar sustentação ao Golpe que levou de roldão, à altura de 31 de março de 1964, os direitos democráticos garantidos na Constituição de 1946. Um Golpe militar que teve, portanto, a aquiescência de importantes segmentos da sociedade brasileira, incluindo-se aí os grupos religiosos.⁹

Ao estudar as ações anticomunistas no Brasil, entre 1917 e 1964, Rodrigo Patto Sá Motta identificou três “matrizes ideológicas” que lhes davam sustentação: o liberalismo, o nacionalismo e o catolicismo¹⁰. Três vertentes, estabelecidas desde a década de 1930 que prosperaram após a renúncia de Jânio e durante o governo de João Goulart, contribuindo diretamente para o clima de instabilidade que resultou no Golpe de 1964: o liberalismo, o nacionalismo e o catolicismo.

Desse modo, parece não ser equivocado afirmar que a análise das ações reativas dessas três vertentes e demais assemelhados, é essencial para a compreensão da cadeia de acontecimentos que levou à tomada do poder pelos militares no Brasil e à implantação da primeira ditadura de “Segurança Nacional” da América Latina. Ocorre que, entremeados a esses três segmentos acima destacados, já muito bem analisados em diligentes estudos¹¹, outros tantos de menor visibilidade, mas nem por isso de menor importância, atuavam no ataque ao comunismo nos anos em que Jango conseguiu se manter na presidência do país.

Esse é o caso da igreja Assembleia de Deus, cujas representações sobre o comunismo nesse período serão analisadas, nas páginas que seguem, a partir da revista *A Seara*.

A seara e o anticomunismo no governo de João Goulart

Fundada no Brasil em 1911, a Assembleia de Deus já estava em plena atividade quando, em 1917, o mundo tomou conhecimento dos fatos ocorridos na Rússia. Certamente as ideias comunistas não eram de todo desconhecidas, mas como informou Luciano Bonet, o comunismo entrou na cena mundial somente após a Revolução de Outubro “não só como um movimento organizado e difuso, senão também como uma alternativa política real em relação aos regimes tradicionais”¹². Uma opção que, ao ganhar força, muito preocupava os pentecostais assembleianos que iniciavam suas atividades no Brasil.

O imaginário assembleiano a cerca do comunismo na primeira metade do século XX, foi analisado com muita precisão por Lindolfo Anderson Martelli em sua dissertação de mestrado defendida em 2010¹³. Martelli, servindo-se, especialmente, do jornal *Mensageiro da Paz*, prestou importante serviço à historiografia ao desvendar aspectos interessantíssimos sobre o anticomunismo praticado na imprensa dessa importante instituição pentecostal do Brasil. Ao que informa o autor, o anticomunismo assembleiano teve início em 1927, justamente no momento em que o historiador Rodrigo Patto Sá Motta¹⁴ identifica como sendo o início da *primeira onda* anticomunista.¹⁵ Martelli ainda traz ao conhecimento uma articulação na prédica assembleiana entre *comunismo* e *escatologia*, ou dito de outra forma, a identificação do comunismo como elemento sinalizador do fim dos tempos. Revela também um modelo *sui generis* de anticomunismo na Assembleia de Deus porque articulado com o discurso teológico anticomunista dos Estados Unidos da América.

O autor, entretanto, em respeito ao marco temporal definido para sua pesquisa, como é de se esperar, não avançou sobre os acontecimentos dos anos 60, conjuntura, como já demonstramos, em que novamente houve, por força da vacância do assento presidencial e da chegada de Jango ao cargo máximo do país, uma exasperação das forças conservadoras em resposta às atitudes consideradas esquerdistas e associadas, de alguma forma, ao ideário comunista. Será juntamente nesse ponto que buscaremos avançar neste texto, utilizando de um importante canal de comunicação da Assembleia de Deus, a partir da segunda metade da década de 1950: a revista *A Seara*.

Nos anos cinquenta, a grande novidade na imprensa pentecostal foi a criação de *A Seara: revista evangélica ilustrada*. O primeiro número da revista circulou no mês de setembro do ano de 1956 e demonstrava que o novo periódico buscava se alinhar a palavras muito em voga na imprensa da década de 1950, tais como “imparcialidade” e “modernidade”,¹⁶ conforme se pode perceber no trecho a seguir: “cumpre-nos esclarecer aos diletos irmãos, leitores d’ A SEARA que a nossa revista é moderna e imparcial, e terá por norma acolher notícias de todo campo, dando a cada uma o destaque que a sua importância exigir”¹⁷.

Conforme Marialva Barbosa¹⁸, na década de 1950 a imprensa passou, nos parâmetros do lide e na edição, a priorizar um conteúdo dotado de imparcialidade, buscando constantemente um “espaço de neutralidade absoluta”. É bem verdade que essa almejada neutralidade não passou de uma aspiração dos profissionais da imprensa, que queriam se alinhar ao “profissionalismo” alcançado pelo jornalismo norte-americano¹⁹. Na prática, como defende Ana Paula Goulart Ribeiro, mesmo alardeando a postura de mediadora da informação, a imprensa seguiu bastante opiniática e enviesada pelos interesses dos grupos responsáveis pelas publicações.²⁰ Não foi diferente com a revista *A Seara*, que mesmo querendo-se “imparcial” e “moderna”, sempre procurou se posicionar e influenciar no posicionamento do público leitor sobre diversos assuntos. No caso do comunismo, dedicou uma extensa reportagem, publicada em dois números da revista²¹, cuja intenção era alertar para o risco e a necessidade de combate a toda e qualquer corrente que com ideais comunistas simpatizassem.

Havia alguns acontecimentos que poderiam ter motivado os editores a publicarem uma reportagem especial sobre os “males” do comunismo. No contexto internacional, o apoio da União Soviética a Cuba recentemente sublevada e o fortalecimento do governo revolucionário colocavam em estado de vigilância as alas ultraconservadoras que temiam a expansão do comunismo na América; enquanto no contexto nacional, Jango acabava de sair vitorioso no plebiscito de 06 de janeiro 1963, que garantia o retorno do presidencialismo e o colocava na situação de chefe de Estado e de chefe de Governo. Motta sintetiza essa conjuntura: “os primeiros meses de 1963 foram marcados pela expectativa de que, com autoridade e poder plenamente restaurados, Jango pudesse governar de modo a desanuviar as tensões”.²²

Embora Jango buscasse manter um diálogo conciliador com a esquerda e a direita, e as principais lideranças do centro e da direita soubessem que o presidente não era um comunista, a revista *A Seara* tratava o comunismo como uma ameaça real e iminente, como veremos. Considerando os limites deste texto, tomaremos para análise detida a reportagem especial

publicada nos números 31 e 32 da referida revista sob o título “Atitude cristã face ao comunismo”²³.

O autor da matéria, Antonio Gilberto, assembleiano que escrevia como representante da cadeira de Religião e Doutrinas Falsas do Instituto Bíblico Pentecostal do Rio de Janeiro, nessa ocasião era militar da Marinha Brasileira²⁴, aspecto importante a ser ressaltado considerando a tradição anticomunista nos círculos militares do Brasil.²⁵ Como militar e pentecostal, o articulista não economizou nas palavras para delinear o quadro de alerta em relação ao “perigo comunista”. A matéria resumia em quatro pontos a ação dos cristãos diante do comunismo: *compreensão, instrução, evangelização e dedicação*. Sobre a compreensão o articulista foi enfático: “ser contrário ao Comunismo sem ter uma compreensão pelo menos em parte do que êle realmente é, isto é, as leis sob as quais êle age, de nada adianta”.²⁶ E completou:

O comunismo considera útil alguém que lhe é contrário sem conhecê-lo. Seria como perguntar : “V. é contra ou a favor da tuberculose?” e V. responder: “sou contra” sem saber porque (...) odiar um mal em nada contribui para seu tratamento. O ideal é ter um conhecimento racional do que o comunismo é.²⁷

O comunismo era tomado como algo perverso, um “mal virulento” que atacava o homem em sua totalidade, o *corpo*, a *alma* e o *espírito*. O *espírito* devido à negação da existência de Deus e ao seu materialismo, a *alma* pelo fato de tolher as liberdades ao impor a lealdade absoluta ao partido e a crença nas leis científicas, e por fim o *corpo*, considerando que muitos trabalhadores tinham a saúde comprometida em campos de trabalho forçado. Por essas características, o comunismo não era concebido no texto apenas como um movimento político, econômico e social, mas sim como uma religião. Mas não uma religião a mais entre tantas outras, antes sim como uma religião extremamente avessa ao cristianismo por inverter completamente os principais elementos da fé cristã, especialmente por exigir a fidelidade que só era merecida por Deus e substituir a Bíblia pelos livros de Marx e Lênin. Tratava-se de um mal que poderia afetar a todos, um “fanatismo religioso” capaz de conquistar “não somente a classe medíocre, iletrados e oprimidos, mas também ricos e intelectuais”²⁸.

Para dar a devida “*instrução*” aos leitores, o articulista apresentou um breve histórico das principais lideranças da Revolução Russa e deu destaque ao “Plano de Conquista do Mundo”, algo que estava na pauta das discussões nos círculos conservadores do Brasil de então. De acordo com a reportagem, o domínio do comunismo era algo inevitável, se os países capitalistas não tomassem medidas capazes de frear as ações dos “infiltrados” em gabinetes, centros de ensino, grêmios trabalhistas, igrejas, centros sociais, clubes esportivos e

recreativos, indústrias, associações e, até mesmo, nas forças armadas. A situação de alerta foi descrita nas seguintes palavras: “em 45 anos (1917-1962) o Partido passou de 40.000 a 900.000.000, isto é, um aumento de 2 milhões %. Isto é alarmante! Cada comunista está convicto de que o Comunismo dominará o mundo.”²⁹

Outro ponto de destaque da “religião comunista” eram suas promessas, não só aos pobres, mas também aos ricos. No entender de Antonio Gilberto, o comunismo trabalhava na cooptação de “pobres, ignorantes, os menos privilegiados e as massas em geral” e também os “ricos, intelectuais, reformadores, idealistas, líderes”. E destacou: “De acordo com o esquema comunista, primeiro o mundo será transformado, depois o homem. A transformação da humanidade decorre da transformação do mundo. Como se vê é um plano satânico e totalmente antibíblico”³⁰. Seguindo esse percurso de crítica, a reportagem atacava veementemente o “materialismo”, o “ateísmo” e o “determinismo econômico” que caracterizavam a “doutrina comunista”.

As advertências recaiam também sobre o caráter violento do comunismo e a implantação da ditadura do proletariado: “após a revolução aniquiladora virá a implantação da ditadura do proletariado, também pela força e pela violência”³¹. O clima de temor foi reforçado com a menção aos assassinatos em massa que seriam realizados depois de os comunistas tomarem o poder, além de toda a sorte de exploração nos campos de trabalhos forçados. A sentença era inequívoca: a morte ou o trabalho forçado seriam as únicas opções dadas pelos comunistas aos ministros religiosos, aos diretores das igrejas, membros de influência, chefes de serviço de instituições religiosas.

A conclusão da primeira parte dessa matéria deu fechamento ao assunto indicando que as promessas comunistas de uma nova ordem e de “transformação da natureza humana” eram meras fantasias, engodos do marxismo para envolver, por meio da “operação de Satanás”, os povos: “é uma história semelhante a da lâmpada de Aladim, ou das Mil e uma Noites, ou ainda as lendas mágicas da Mitologia Grega”³².

No número 32 de *A Seara*, em que foi publicada a segunda parte da matéria, Antonio Gilberto buscou reforçar seu posicionamento recorrendo a um argumento bastante conhecido naquele período: a ameaça do comunismo à democracia. Assim, o articulista reforçou o entendimento de que o estabelecimento de um regime comunista levaria à supressão da liberdade religiosa e mais do que isso, ao extermínio das religiões e, voltou a evidenciar o plano de dominação do mundo arquitetado pelas lideranças marxistas: “O conceito de que o Comunismo dominará o mundo está impresso na vida de cada marxista. Cada adepto está

convicto de que o Comunismo cumprirá os seus planos de conquista. Acham que êste fato está decretado pelas próprias leis da natureza. É uma coisa que terá que acontecer”³³.

No cenário político em que essas sentenças foram lançadas não é difícil imaginar a dimensão que poderiam alcançar. Jango, que por pouco não conseguiu assumir o cargo de presidente devido à acusação de ser um “esquerdista”, acabara de conseguir o reestabelecimento do presidencialismo e, com isso, abria maior espaço para levar adiante as metas de seu governo. Mesmo em um clima de grande tensão, ao articulista incomodava a falta de uma organizada mobilização anticomunista. Para Antonio Gilberto, o perigo estava, sobretudo, no fato de o comunismo ter como ponto de partida a “esfera da política”, para então alcançar outros segmentos da sociedade. A proposta era clara: organizar um programa de instrução anticomunista nas rádios, televisões, igrejas, escolas e na imprensa.

Mas, havia outro sério problema: os defensores do comunismo traziam diversas promessas capazes, por seu conteúdo aferrado à justiça social, de mobilizar milhares de pessoas. Era necessário, por meio de campanhas, desqualificar essas ideias comunistas que propunham o estabelecimento de uma sociedade igualitária por se tratar de um projeto inexecutável e que poderia atentar contra a organização e harmonia da coletividade. A desigualdade, chamada eufemicamente de “diversidade” pelo autor da matéria, longe do caráter pernicioso que lhe era atribuído pelo comunismo, servia para garantir “a possibilidade de repartir os indivíduos pelas atividades de caráter social em conformidade com suas respectivas capacidades”. E prosseguia o argumento nos seguintes termos: “se todos fôssem igualmente capazes de tudo ninguém quereria se submeter aos trabalhos mais árduos e aos afazeres menos importantes”³⁴.

Mas no repertório de mazelas do regime comunista o destaque foi dado à supressão das liberdades garantidas pela democracia, argumento curioso à vista do que ocorreria após o Golpe de março de 1964 que, respaldado no argumento de defesa da democracia, colocou em xeque os elementos fundamentais de sustentação a esse modelo político, a começar pela deposição arbitrária de um presidente eleito pela vontade popular. De todo modo, Antonio Gilberto estabeleceu que o “totalitarismo vermelho” poderia varrer os direitos democráticos e explicou: “A oposição entre as democracias e o comunismo não é uma coisa formal, porque, é antes de tudo filosófica, e, portanto, entre os dois regimes não pode haver aliança duradoura (...) a democracia reconhecendo os direitos naturais do homem, como das noções, tem por base a liberdade humana.”³⁵. Se vigorasse no país, o comunismo atacaria, no entender do articulista, quatro liberdades fundamentais da democracia: 1) Liberdade pessoal; 2) Liberdade

de palavra; 3) Liberdade de reunião pacífica; 4) Liberdade religiosa; todas descritas nessas palavras:

(1) Liberdade pessoal. De livre locomoção, de escolha de domicílio, de entrar no território nacional ou dêle sair que e como lhe convier, de agir como entender uma vez que não atente contra os direitos alheios ou da coletividade. Onde é assegurado êsse direito? Somente nas nações democráticas. (2) Liberdade de palavra. De livre expressão do pensamento, de crítica a atos públicos ou de particulares. É por demais sabido que no regime vermelho não há a mínima liberdade de imprensa. (3) Liberdade de reunião pacífica. De associação, para qualquer finalidade cívica, religiosa, artística e científica. O Estado Soviético controla tudo. A arte a ciência, da Rússia, são padronizadas. (4) Liberdade Religiosa. De crença, de culto (...) não se pode afirmar que o povo russo esteja reintegrado definitivamente no gôzo da liberdade religiosa, porque o comunismo, na sua essência materialista, é fundamentalmente irreligioso.³⁶

Esse tipo de alegação era comum nesse período entre os anticomunistas no Brasil e se fez presente nos acontecimentos que culminaram na deposição de Jango em 1964. Livrar o país do comunismo seria, pois, garantir a ordem democrática e as liberdades enumeradas na citação, em contraposição aos agrupamentos políticos e sociais que, com suas pretensas reformas, queriam a “comunização” do Brasil. Era necessário ir às últimas consequências em defesa das liberdades, dos direitos individuais e coletivos. A democracia apresentava-se, então, como elemento inegociável e legitimador das ações dos grupos anticomunistas. Frases de efeito e discursos inflamados em favor da democracia encheram as páginas da imprensa nesse contexto. Em *A Seara* não foi diferente como se lê no seguinte trecho:

(...) não se pode deixar de chegar à conclusão de que só o regime democrático preserva a dignidade pessoal. Os regimes totalitários – da esquerda e da direita – são opressivos e atentatórios contra as liberdades cujo gôzo condicionam a felicidade humana. Portanto, todos aqueles que não têm vocação para serem escravos, só podem ter uma atitude na vida: serem democratas, sabendo que, nada pode haver de comum entre democracia e totalitarismo.³⁷

Há nessa citação um interessante aspecto que merece destaque, pois o excerto acima foi veiculado no impresso de uma igreja que apoiaria veladamente o Golpe e assumiria uma postura de isenção,³⁸ em face dos abusos cometidos pelo regime militar, muitos desses abusos, como as torturas e a censura – ainda que em diferentes escalas – semelhantes aos que foram cometidos pelos regimes totalitaristas utilizados como exemplo pelo articulista. Como está bem claro nas páginas históricas, o curso dos acontecimentos mostraria que a mensagem altissonante dos golpistas, urdida por palavras de ordem em salvaguarda dos valores democráticos, não passava de mero instrumento de retórica. Maria Aparecida de Aquino

mostra essa contradição ao destacar alguns dos principais traços que caracterizam esse modelo de organização social e político que estaria sendo defendido pelos golpistas em 1964:

A democracia é, por sua origem, um regime que não usa da violência, não é imposto, respeita a escolha do cidadão e, em função de sua liberdade e integralidade mental e física, é exercido. “Prender e arrebentar” não são atributos seus, e sim a garantia da manutenção de todos os direitos inalienáveis do cidadão, inclusive o de discordância pública com os governantes. Estes, na plena vigência do regime, devem demonstrar inequivocamente a capacidade de convivência com os mais variados antagonismos que são fruto da sociedade, entendida como conflituosa por natureza.³⁹

Ao “conquistarem o Estado”, na expressão de René Armand Dreifuss⁴⁰, os militares, legitimados por parcelas conservadoras da sociedade brasileira, deram as costas aos elementos inamovíveis da democracia destacados na citação acima; ignoraram seus princípios básicos, atacaram frontalmente as liberdades, inclusive aquelas defendidas pelo articulista de *A Seara*. Até mesmo a liberdade religiosa não passou ilesa, pois se lideranças ou fiéis, à luz de suas convicções religiosas, discordassem da postura do Estado, eram duramente perseguidos e torturados nos porões dos órgãos de repressão, a exemplo do célebre caso dos freis dominicanos ligados à ALN (Ação Libertadora Nacional) e como revelou o projeto *Brasil Nunca Mais*,⁴¹ de lideranças de igrejas protestantes históricas. O que nos leva a ver que em um ato de “fogo amigo”, os pretensos defensores da democracia atacaram-na ferozmente e, estacionados por décadas no poder, só fizeram minguar os direitos democráticos garantidos na Constituição de 1946.

De igual modo, as vivazes palavras de Antonio Gilberto em favor da democracia e da liberdade também se limitavam ao campo da retórica, pois a Assembleia de Deus esteve no hegemônico grupo de protestantes que via com muito bons olhos o Golpe que “livrara” o país do jugo comunista e que, mesmo com os Atos Institucionais que agravariam as ações arbitrárias e descomedidas do regime, manter-se-iam como obsequiosos apoiadores.⁴²

Outrossim, é muito curioso o posicionamento de *A Seara* no ano de 1964, quando de fato a crise de histeria das elites alcançou seu ponto máximo, uma vez que não foi feita qualquer menção ao que estava acontecendo no país. O silêncio de *A Seara* nos eventos pré-Golpe e pós-Golpe revela, na verdade, uma postura cautelosa da liderança assembleiana que procurou se mostrar alheia aos acontecimentos que sacudiam o cenário político de então. Diferentemente de outros tantos órgãos noticiosos, não saudou nem mesmo criticou os fatos ocorridos e, como se estivesse em outro país, em outro continente, nem sequer mencionou em pequena nota ou editorial da revista o que se passava no Brasil. Opinar em tempos de grandes convulsões sociais, como no primeiro trimestre de 64, não parecia interessante e seguro. De

fato não havia necessidade, a posição da igreja era bem conhecida e mais nítida ainda ficaria com o correr dos anos, não por suas ações abertas ou palavras diretas, mas sim por seu silêncio e melindre durante os anos de chumbo.⁴³

Esse posicionamento de apoio velado, especialmente na imprensa, faz parte da própria tradição pentecostal em que a relação entre política e religião era considerada extremamente problemática. Essa relação fomentava grandes debates, sublinhe-se, não só no Brasil, como nos mostra o historiador Gregory L. Schneide no livro *O século conservador*, ao destacar que as igrejas pentecostais norte-americanas, dentre elas a própria Assembleia de Deus, diferentemente de outras instituições protestantes, participavam menos abertamente da política, inclusive de organizações anticomunistas.⁴⁴

Com se pode perceber, ao engrossar os discursos alarmistas, que propugnavam a causa da democracia em detrimento das ações de agentes comunistas infiltrados, *A Seara* se alinhou a outros tantos segmentos conservadores do país. Os argumentos coincidiram, em grande parte, com o que era aventado por outras vertentes anticomunistas naqueles tempos de plena vigência da Guerra Fria e de muitas dúvidas sobre as intenções do chefe do Executivo para o futuro da nação. O resultado dessa ação conjunta, como é de conhecimento, foi trágico para o país visto que, além de obliterar as reformas que poderiam amenizar as profundas desigualdades sociais do Brasil, ainda logrou legitimar as ações autoritárias que se seguiram ao golpe.

Páginas lamentáveis de nossa história que certamente não teriam sido escritas se os interesses dos grupos que se sentiam ameaçados, por um suposto comunismo à brasileira, não tivessem preponderado sobre os verdadeiros interesses nacionais. No caso da Assembleia de Deus, como se viu na matéria especial de *A Seara*, havia uma aparente preocupação com o conjunto de direitos assegurados pelo sistema democrático. Todavia, o correr dos fatos demonstrou que, na verdade, ao ver garantida a liberdade de culto, a Assembleia de Deus não se incomodaria com a supressão contínua de outros tantos direitos. Postura dúbia que se tornaria característica na atuação política dos evangélicos décadas depois; contradição histórica que abre espaço para múltiplas reflexões sobre a atuação política das grandes bancadas evangélicas nos dias atuais.

* Este artigo apresenta resultados da pesquisa de doutoramento em História Social em andamento no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

** Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Professor do curso de História do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). emails: andredione@yahoo.com.br; andredione@usp.br

¹ MORAZÉ, Charles. La démission de Janio Quadros. *Revue française de science politique*. 12e année, n°1, 1962. p. 39-53.

- ² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ³ FERREIRA, José Roberto Martins. *Os Novos Bárbaros: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo, 1986.
- ⁴ BECKER, Jean-Jacques; BERSTEIN, Serge. L'anticommunisme en France. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. n°15, juill et septembre, 1987. p. 17.
- ⁵ GIOVANNINI, Fabio. *Breve storia dell'anticomunismo*. Roma: Datanews, 2004.
- ⁶ CEPLAIR, Larry. *Anti-Communism in twentieth century America*. A critical history. Santa Barbara, Praeger, 2011, p. 02.
- ⁷ CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 49-50.
- ⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, v. p. 130-131.
- ⁹ Nesse ponto cabe destacar que o apoio de religiosos aos “regimes de exceção” não ficou circunscrito apenas ao Brasil, como destacou em estudo pioneiro o sociólogo Guy Hermet, mas também ocorreu em outros regimes autoritários de países da América Latina, da Europa e também da África. HERMET, Guy. Les fonctions politiques des organisations religieuses dans les régimes à pluralisme limité. *Revue française de science politique*, 23e année, n°3, 1973. p. 439-472.
- ¹⁰ Motta esclarece sobre tais correntes que, para os liberais, o comunismo era inaceitável porque sufocava a liberdade, devido ao seu autoritarismo político, além, obviamente, da contrariedade dos comunistas em manter o antigo direito à propriedade privada. Já os nacionalistas conjuravam contra os comunistas acusando-os de atentarem contra a “nação”, contra a coesão da pátria, sua uniformidade, e nesse corolário, contra a ordem. Ou seja, era o comunismo, em sua essência, internacionalista, logo sua aceitação implicava na perda dos postulados nacionais em favor de uma ordem mundial, de uma fraternidade universal. Ao catolicismo eram inaceitáveis os postulados comunistas que punham em evidência o papel da religião na sociedade e o fim das noções, alicerçadas na tradição cristã, de hierarquia e ordem, por isso, ao se sentir ameaçada, a Igreja rapidamente buscou se posicionar anatematizando o comunismo como cria de Satanás. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit*, 2002.
- ¹¹ PARENTI, Michael. *A Cruzada Anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Op. cit*, 2002. MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan, 1998. RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupe, 1998. SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- ¹² BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco (Org). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986. p. 34.
- ¹³ MARTELLI, Lindolfo Anderson. *Escatologia e Anticomunismo nas Assembléias de Deus do Brasil na primeira metade do século XX*. Florianópolis, 2010. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina.
- ¹⁴ SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Op. cit*, 2002.
- ¹⁵ Motta identifica em seu estudo duas significativas ondas anticomunistas no Brasil: a primeira no governo de Getúlio Vargas, no contexto do golpe de 1935-37, e a segunda nos anos sessenta, depois da renúncia de Jânio Quadros. SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Op. cit*, 2002.
- ¹⁶ RIBEIRO, Ana Paula G., Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos - CPDOC/ FGV*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003.
- ¹⁷ *A Seara*. Rio de Janeiro. Ano I, n° 01, setembro/outubro de 1956. p. 03.
- ¹⁸ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa Brasil 1800-1900*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X. p. 151.
- ¹⁹ Ver a respeito da profissionalização dos jornais norte-americanos o interessante artigo de John Johnstone, Edward Slwaski e Wiliam Bowman, no tradicional periódico *The Public Opinion Quarterly* (POQ). JOHNSTONE, John; SLWASKI, Edward; BOWMAN, Wiliam. The professional values of American newsmen. *The Public Opinion Quarterly* (POQ), 36, 1972. p. 522-540.
- ²⁰ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos - CPDOC/ FGV*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003.
- ²¹ *A Seara*. Rio de Janeiro. n° 31, março/abril de 1963/n° 32, maio/junho de 1963.
- ²² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit*, 2006. p. 136.

-
- ²³ A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 31, março/abril de 1963. p. 21.
- ²⁴ Antônio Gilberto da Silva (Verbete). ARAUJO, Isael. *Dicionário do Movimento Pentecostal*, p. 789-790.
- ²⁵ FERREIRA, José Roberto Martins. *Op. Cit.* 2002.
- ²⁶ A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 31, março/abril de 1963. p. 21.
- ²⁷ A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 31, março/abril de 1963. p. 21.
- ²⁸ A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 31, março/abril de 1963. p. 23.
- ²⁹ A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 31, março/abril de 1963. p. 24.
- ³⁰ A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 31, março/abril de 1963. p. 25.
- ³¹ A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 31, março/abril de 1963. p. 26.
- ³² A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 31, março/abril de 1963. p. 27.
- ³³ A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 32, maio/junho de 1963. p. 22.
- ³⁴ A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 32, maio/junho de 1963. p. 25.
- ³⁵ A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 32, maio/junho de 1963. p. 22.
- ³⁶ A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 32, maio/junho de 1963. p. 22-23.
- ³⁷ A *Seara*. Rio de Janeiro. n° 32, maio/junho de 1963. p. 23.
- ³⁸ A postura da igreja Assembleia de Deus no regime militar foi problematizada com maior detalhamento em nosso estudo: FONSECA. André Dioneu. *As fronteiras da leitura: imprensa e práticas de leitura na Igreja Assembleia de Deus (1980-1990)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados - MS.
- ³⁹ AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico In: AARÃO REIS FILHO, Daniel. (Org.). *Intelectuais, história e política* (séc. XIX e XX). 1ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000. p. 273.
- ⁴⁰ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ⁴¹ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985. ARQUIDIOCESE de São Paulo. ARQUIDIOCESE de São Paulo. *As torturas in Projeto Brasil nunca mais*. São Paulo, Arquidiocese de São Paulo, 1985.
- ⁴² BURITY, Joanildo. *Fé na Revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011. p. 172-173. SANTOS, Lyndon de Araújo dos. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. (Org.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- ⁴³ Semelhante posicionamento tinham tido os assembleianos na ação chamada de “Intentona Comunista” ocorrido em 1935. De acordo com Lindolfo Martelli, nesse episódio “os assembleianos também se colocaram ao lado do governo, porém não de forma assumidamente aberta. Esse episódio não foi mencionado de forma clara e objetiva nem nas Lições Bíblicas de Escola Dominical, nem no [jornal] Mensageiro da Paz, as duas produções literárias da igreja nesse período” MARTELLI, Lindolfo Anderson. *Op. cit.*, 2010. p. 98.
- ⁴⁴ SCHNEIDE, Gregory L. *The Conservative Century: From Reaction to Revolution*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009. p. 133-134.